

Trabalho feminino

Sofia Alexandra Cruz, *Entre a Casa e a Caixa. Retrato de trabalhadoras na grande distribuição*, Porto, Edições Afrontamento, 2003, 163 págs.

Albertina Jordão (maajordao@mail.telepac.pt)

Entre a Casa e a Caixa. Retrato de trabalhadoras na grande distribuição constitui um interessante exemplo de articulação e síntese de vários campos disciplinares. Se à primeira vista se pode catalogar como um estudo que cruza a sociologia do trabalho com os designados «estudos de género», uma leitura mais atenta permite perceber que a autora faz uma incursão num domínio relativamente recente em Portugal, o das «etnografias urbanas».

O livro resulta da dissertação de mestrado da socióloga Sofia Alexandra Cruz e foi objecto de uma menção honrosa do Prémio Mulher Investigação 2001 das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (ONGCCCIDM).

Ao longo de seis capítulos, a autora traça o «itinerário metodológico» (Capítulo 1), estabelece «um roteiro teórico sobre o(s) trabalho(s) feminino(s)» (Capítulo 2), faz uma «incursão histórica (d)no feminino» (Capítulo 3), aborda «a nova ordem – ou nova desordem – laboral no feminino» (Capítulo 4) e faz a «cartografia do trabalho precário» (Capítulo 5) para apresentar um «retrato de trabalhadoras da linha de caixa da grande superfície Inova» (Capítulo 6).

«Embora se fale muito sobre o trabalho feminino, não se reflecte sobre uma das dimensões cruciais que lhe subjaz, a da precariedade», pode ler-se na introdução do livro *Entre a casa e a caixa*. É sobre o «exercício do trabalho feminino» a partir de um estudo de caso que a autora vai conduzir-nos até ao mundo laboral «das trabalhadoras da linha de caixa de uma grande superfície situada em Lisboa.» (p. 12)

No Capítulo 1 ficamos a conhecer as opções metodológicas e disciplinares que se traduziram por tirar partido da «diversidade de paradigmas no interior das ciências sociais» (p. 15). Para o estudo recorre à observação directa, a uma informante privilegiada, a entrevistas, à análise documental e a um diário de campo. Delimita o objecto de estudo e a trajectória pessoal e profissional do universo das trabalhadoras do sector das caixas: 131 mulheres. O capítulo 2 é dedi-

cado à genealogia do «debate teórico acerca do trabalho feminino» (p. 25), no qual se apresentam as principais perspectivas teóricas sobre o tema: as «abordagens microeconómicas sobre o trabalho feminino» (p. 27) que enfatizam o carácter individualista das opções, nas quais se inscrevem as teorias do capital humano, da nova economia doméstica e da diversidade das prioridades femininas face ao trabalho e à família e as «teorias marxistas-feministas», que inscrevem o trabalho feminino num contexto de luta de classes, claramente marcado pela crítica à pressão capitalista e às relações patriarcais que estruturam as relações sociais com base da hierarquia do masculino sobre o feminino.

O Capítulo 3 é dedicado à contextualização histórica do trabalho no feminino, no qual se contraria o mito de que as mulheres nunca trabalharam. «O trabalho feminino no contexto da industrialização» enquadra a história da «mulher-operária» criada pela Revolução Industrial e «a participação feminina no mercado capitalista». Neste capítulo observa-se que a história da actividade feminina na Europa é marcada por várias adversidades, que darão origem à segregação profissional e à discriminação salarial, as quais se mantêm até hoje, embora com diferentes contornos.

No Capítulo 4, Sofia Cruz caracteriza a «nova desordem laboral no feminino» por estar associada a conceitos e práticas muito pouco consensuais. A flexibilidade que se traduz quase sempre no grau de precariedade do vínculo contratual e no despedimento (flexibilidade numérica) e o trabalho a tempo parcial que querem impor às mulheres para poderem, assim, conjugar trabalho e responsabilidades domésticas e familiares. Os tempos do trabalho e do «(não) trabalho» (Capítulo 5) remetem-nos, segundo a autora, para «a imprescindibilidade da introdução da variável género no interior do debate acerca do(s) tempos de trabalho» (p. 79). O crescente assalariamento das mulheres e a ausência de partilha de tarefas no agregado familiar fazem recair sobre as mulheres a exclusiva ou quase exclusiva responsabilidade pelos encargos familiares. «Paralelamente ao trabalho na linha de caixa, as trabalhadoras asseguram a quase totalidade das tarefas e das responsabilidades domésticas» (p. 92).

Neste debate acerca dos tempos do trabalho, a redução da jornada laboral, conhecida por «*part-time* ou trabalho a tempo parcial» surge, neste estudo, como «o resultado de imposições e constrangimentos decorrentes da especificidade dos enquadramentos sociais, escolares, familiares e económicos» (p. 81). De acordo com as Estatísticas do Emprego, citadas pela autora, em 2000 cerca de 70% das mulheres e apenas 30% dos homens tinham um horário inferior a 26 horas (p. 83). Na grande superfície estudada existe uma «multiplicidade de horários a tempo parcial», que cobrem horários semanais de 30 horas fixo, 30 horas rotativo, 25 horas fixo, 25 horas rotativo e 12 horas fim-de-semana.

Embora o tempo parcial não seja todo involuntário, muitas das operadoras de caixa «evidenciam uma consciencialização generalizada de que o tempo parcial significa uma situação de desvantagem acrescida, porquanto inviabiliza qualquer possibilidade de promoção ou progressão» (p. 94). Outra questão que foi obser-

vada e que permite concluir que esta modalidade de trabalho está longe de ser gratificante é «o nível das remunerações». Também aqui se verificam atropelos à lei, pois embora esteja consagrado que «o trabalhador a tempo parcial tem direito à remuneração de base prevista na lei ou na regulamentação colectiva, ou, caso seja mais favorável, à auferida pelos trabalhadores a tempo completo numa situação comparável, em proporção do respectivo período normal de trabalho semanal», é frequente a prática de salários inferiores comparativamente com as trabalhadoras que desempenham o mesmo emprego a tempo completo» (p. 96). Na «cartografia» do trabalho feminino nas linhas de caixa o tipo de contrato de trabalho concorre para a precariedade. Neste estudo ficou demonstrada a prática abusiva e ilegal de contratos a termo, ilustrada pelas múltiplas estratégias utilizadas pela grande superfície Inova. Contratos a termo encadeados e o mesmo tipo de contrato para «um posto de trabalho de outra secção» são dois dos exemplos apontados.

No último capítulo são evidenciados os aspectos da experiência quotidiana das operadoras de caixa da grande superfície escolhida para o estudo. A maioria é muito jovem: 39 por cento tem entre 19 e 24 anos e 41 por cento tem entre 25 e 30 anos. Cerca de 50 por cento possui entre o 4.º ano e o 9.º ano de escolaridade. As casadas (46%) são as que evidenciam uma vida mais difícil, já que o salário é um complemento do do marido e adoptam uma atitude de resignação e sacrifício. «Cerca de 71 por cento das trabalhadoras possui um horário a tempo parcial» (p. 106), sendo o de 30 horas semanais o predominante. É evidente a insatisfação com o trabalho, as condições e a difícil «gestão dos tempos». Uma das entrevistadas chega a afirmar: «para a empresa sinto-me um número; para 90% dos clientes sinto-me um *scanner* e para 10% deles sinto-me como um ser humano que trabalha.» Este estudo trata de um grupo profissional caracterizado por elevados níveis de rotatividade, por «vínculos laborais precários», pela grande irregularidade dos horários de trabalho, pelo não cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) e pela «monotonia e rotina laborais». Retrato objectivo, mas também comprometido, este é talvez um dos estudos publicados no domínio das ciências sociais em Portugal que melhor caracteriza os percursos profissionais e de vida das mulheres trabalhadoras.